



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhor Acionista e demais interessados,

A Diretoria Executiva da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e à deliberação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente, do Conselho Fiscal e o relatório do Comitê de Auditoria, que tratam da posição patrimonial e financeira da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Infraero é uma empresa pública instituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sob vinculação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), atuando no território nacional, com sede na Capital Federal.

Atua, ainda, na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional. A Companhia tem em sua trajetória a estruturação do setor aeroportuário brasileiro, e segue se dedicando ao que mais sabe fazer: desenvolver aeroportos, focando no crescimento da aviação regional.

A rede Infraero conta com 24 aeroportos: Aeroporto de Santos Dumont e 23 (vinte e três) aeroportos regionais, sendo 14 (quatorze) outorgados e 9 (nove) administrados por contratos de gestão com Estados e Municípios. Possui participação de 49% nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos/SP, Campinas/SP, Brasília/DF, Confins/MG e Galeão/RJ, cujos resultados estão consolidados em suas Demonstrações Contábeis, proporcionalmente à sua participação acionária.

O desempenho operacional manteve-se estável em relação ao exercício anterior, com o movimento de passageiros alcançando 7 milhões de embarques e desembarques, o que representa crescimento de 0,3%, em relação ao de 2024. Esse resultado reflete, principalmente, a limitação operacional de passageiros no Aeroporto Santos Dumont, estabelecida pelo Governo Federal. No tocante ao movimento de aeronaves, observou-se aumento de 28,4%, totalizando 177 mil operações de pousos e decolagens no período, em decorrência do movimento nos aeroportos regionais.

A Infraero apurou Lucro Líquido de R\$ 316,2 milhões, revertendo assim o prejuízo apurado no ano anterior. Este desempenho é resultado das medidas adotadas pela gestão com foco na sustentabilidade econômico-financeira da Companhia.

O Lucro Operacional Bruto alcançou R\$ 244,4 milhões em 2025, representando crescimento de 22% em relação aos R\$ 200,8 milhões apurados em 2024. O resultado do exercício decorreu, principalmente, do aumento das receitas tarifárias do Aeroporto Santos Dumont e da redução das despesas com pessoal, refletindo a melhoria da eficiência operacional da Companhia.

Foram investidos R\$ 253,3 milhões na ampliação e modernização da infraestrutura e de equipamentos nos aeroportos da rede. Dos quais R\$ 240,0 milhões foram aplicados em obras e serviços de engenharia, sendo R\$ 168,6 milhões com recursos próprios e R\$ 71,4 milhões com recursos da União. No Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) foram desligados 738 empregados com o incentivo pago de R\$ 517,0 milhões.

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixa sofreu redução de R\$ 500,0 milhões no ano, encerrando o exercício com saldo de R\$ 1.973,3 milhões, em função, principalmente, do pagamento do desligamento de empregados e de investimentos nos aeroportos, dentre outros. Apurou-se déficit financeiro primário de R\$ 789,4 milhões no exercício, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Contudo, simulando o resultado antes dos pagamentos do PEAE e de investimentos, dos aportes de capital recebido do Governo Federal e com o resultado financeiro, apura-se superávit de R\$ 150,4 milhões.

A publicação completa das demonstrações financeiras, incluindo o Relatório da Administração, está disponibilizada no Portal da Infraero na internet (<https://transparencia.infraero.gov.br/relatorios-anuais/>).

A Administração da Infraero agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos empregados pela dedicação e comprometimento ao longo do ano.

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.973.276	2.473.245
Contas a receber	7	194.390	251.701
Estoques	8	5.574	6.239
Impostos a recuperar	9	145.930	108.718
Adiantamento para fornecedores		18.301	686
Adiantamento para empregados		437	651
Despesas antecipadas	12	4.527	4.863
Outros ativos	13	65.317	48.532
Ativo não circulante mantido para venda	13	270.606	-
Total do ativo circulante		2.678.358	2.894.635
Não circulante			
Caixa restrito	6	48.759	46.937
Contas a receber	7	14.404	41.012
Depósitos judiciais	14	175.340	199.357
Investimentos	10	2.578	2.175
Imobilizado	11	37.975	53.557
Intangível	11	33.894	31.202
Total do ativo não circulante		312.951	374.240
Total do ativo		2.991.309	3.268.875

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	15	110.011	111.241
Cauções de terceiros	15	14.836	16.562
Encargos trabalhistas	16	233.397	114.252
Tributos a recolher	9	12.116	10.069
Recursos de terceiros	28	44.371	37.975
Previdência complementar		4.275	5.040
Receitas Antecipadas	18	329.414	846.858
Outras obrigações	19	2.965	3.067
Total do passivo circulante		751.385	1.145.064
Não circulante			
Benefício pós-emprego	17	129.800	522.772
Provisão para contingências	14	386.774	459.182
Outras obrigações	19	8.213	6.438
Total do passivo não circulante		524.786	988.392
Patrimônio Líquido			
Capital social	20	2.640.076	2.636.671
Adiantamento para futuro aumento de capital	20	146.947	28.093
Prejuízos acumulados	20	(479.862)	(796.066)
Ajuste de avaliação patrimonial	20	(592.023)	(733.279)
Total do patrimônio líquido		1.715.137	1.135.419
Total do passivo e patrimônio líquido		2.991.309	3.268.875

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	441.582	422.814
Custos dos serviços prestados	22	(197.167)	(221.967)
Lucro operacional bruto		244.414	200.847
Despesas gerais e administrativas	22	(916.658)	(693.279)
Outras despesas	23	(624)	(2.397)
Outras receitas	23	866.675	149.616
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		193.808	(345.213)
Despesas financeiras		(2.348)	(17.918)
Receitas financeiras		364.743	310.551
Resultado financeiro líquido	24	362.394	292.633
Resultado operacional antes do OBU		556.202	(52.581)
Recursos aplicados em bens da união	26	(239.998)	(176.208)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		316.204	(228.789)
Resultado líquido do período		316.204	(228.789)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo / lucro do período	316.204	(228.789)
Benefício pós-emprego	141.257	109.210
Total de resultados abrangentes do período	457.461	(119.579)
Total de resultados abrangentes atribuível aos:		
Acionistas	457.461	(119.579)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025						
	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2024		2.636.671	28.093	(796.066)	(733.279)	1.135.419
Integralização de capital social (AGE 25/04/2025)		3.405	(3.405)	-	-	-
Aporte de capital		-	122.258	-	-	122.258
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	141.257	141.257
Lucro do período		-		316.204	-	316.204
Em 31 de dezembro de 2025	20	2.640.076	146.947	(479.862)	(592.022)	1.715.137
Em 31 de dezembro de 2024						
	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2023		1.625.329	875.187	(606.582)	(842.489)	1.051.445
Reconhecimento da paridade do Plano CV				39.305	(39.305)	-
Integralização de capital social (AGE 4/3/2024)		1.011.342	(873.094)	-	-	138.248
Aporte de capital		-	26.000	-	-	26.000
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	148.515	148.515
Prejuízo do período		-	-	(228.789)	-	(228.789)
Em 31 de dezembro de 2024	20	2.636.671	28.093	(796.066)	(733.279)	1.135.419
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.						

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Notas explicativas	31/12/2025	31/12/2024
(=) Receitas			
Receita operacional		448.255	437.142
Outras receitas	23	866.675	149.616
		1.314.930	586.758
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais e serviços de terceiros		(207.974)	(227.125)
Perdas		(134.991)	(197.611)
Outras despesas	23	(624)	(2.397)
		(343.588)	(427.133)
(=) Valor adicionado bruto		971.343	159.625
(-) Retenções			
Provisões, reversões e perdas		127.783	(4.788)
(-) Depreciação / amortização		(10.295)	(6.862)
(=) Valor adicionado líquido		1.088.829	147.975
(+/-) Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	364.743	310.551
(=) Valor adicionado total a distribuir		1.453.572	458.526
Distribuição do valor adicionado			
Salários e encargos		821.570	423.099
Tributos		73.452	70.089
Despesas financeiras	24	2.348	17.918
Obras em bens da união	26	239.998	176.208
Lucro (prejuízo do exercício)		316.204	(228.789)
Valor adicionado total distribuído		1.453.572	458.526
As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

1. Informações gerais

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), empresa pública de propriedade da União, companhia de capital fechado, foi constituída nos termos da Lei n.º 5.862, de 12 de dezembro de 1972, com a finalidade de implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária atribuída pela Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), sendo-lhe permitido criar subsidiárias e participar, em conjunto com as mesmas, minoritariamente ou majoritariamente, de outras sociedades públicas ou privadas, no Brasil ou no exterior. A exploração da infraestrutura aeroportuária engloba a construção, a implantação, a ampliação, a reforma, a administração, a operação, a manutenção e a exploração econômica de aeródromos civis públicos.

Com 52 anos de experiência, a Infraero presta serviços que atendem a padrões internacionais de segurança, conforto e qualidade, contribuindo com a integração nacional e o desenvolvimento do País, com o usufruto de seus clientes que utilizam atualmente os seus 24 aeroportos: Aeroporto de Santos Dumont e 23 aeroportos regionais, sendo 14 outorgados e 9 administrados por contratos de gestão com Estados e Municípios. Além disso, participa com 49% nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) que administram os aeroportos internacionais de Guarulhos, Campinas, Brasília, Confins e Galeão, compartilhando da governança com poderes de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, no entanto, sem deter o controle.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República editou a Resolução CPPI n.º 25, em 8 de maio de 2019, estabelecendo que a Infraero poderá alienar suas participações acionárias nas concessionárias dos aeroportos do Galeão, Confins, Brasília e Guarulhos.

Por meio de portarias do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR) foram atribuídos a Infraero a administração, operação e exploração de 14 aeroportos regionais, sendo 7 em 2023: Aeroporto de Flores/AM; Aeroporto Governador Valadares/MG; Aeroporto de Mossoró/RN; Aeroporto Sorriso/MT; Aeroporto Usiminas/MG; Aeroporto de Itaperuna/RJ; e Paranavai/PR, e 7 em 2024: Aeroporto de Ariquemes/RO, Divinópolis/MG, Luziânia/GO, Anápolis/GO, Torres/RS, Canela/RS e Olímpia/SP.

Em abril de 2025, em função de compromissos não atendidos por parte do Estado do Ceará, a Companhia rescindiu o contrato que tinha como objeto a execução dos serviços de administração, operação, manutenção e conservação dos aeroportos regionais de Camocim (SNWC); Campos Sales (SNCS); Crateús (SNWS); Iguatu (SNIG); Quixadá (SNQX); São Benedito (SWBE); Tauá (SDZG); Jericoacoara (SBJE); Aracati (SBAC); regional de Sobral (SN6L).

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou o Edital do Leilão de Venda Assistida nº 01/2025, referente a venda da totalidade das ações da Concessionária Aeroportos Rio de Janeiro S/A. A União Federal, na qualidade de titular das ações da Infraero, decidiu pela retirada da Companhia do quadro acionário da concessionária. A previsão é que a saída ocorra após a realização do leilão do Processo Competitivo previsto para março de 2026.

1.1. Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional da Infraero

O Governo Federal conta com o Plano Aeroviário Nacional (PAN) para alavancar a integração regional, tendo o transporte aéreo como um dos vetores de desenvolvimento da economia. O País possui pelo menos duas centenas de aeroportos estratégicos e prioritários – já mapeados pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), que são essenciais para a integração com outros modais da cadeia da infraestrutura e transporte.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do período	316.204	(228.789)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Recursos aplicados em bens da união	239.998	176.208
Ajuste de avaliação patrimonial	141.257	148.515
Provisões para processos tributários, cíveis e trabalhistas	(72.408)	(61.724)
Depreciação e amortização	10.295	6.862
Perda por redução do ativo imobilizado e intangível	(507)	(6.751)
Valor residual dos bens baixados	545	2.395
Benefício pós-emprego	(392.972)	(132.150)
Correção monetária do adiantamento p/aumento de Capital social	-	17.402
Ajuste ao Valor Justo	(255.204)	122
	(12.792)	(77.910)
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	(1.822)	13.462
Contas a receber	83.918	42.677
Estoques	665	2.008
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	(37.212)	(54.597)
Adiantamento para fornecedores	(17.615)	-
Adiantamento para empregados	214	350
Despesas antecipadas	336	471
Outros ativos	(16.785)	36.908
Depósitos judiciais	24.017	31.427
Fornecedores de bens e serviços	(1.230)	(15.965)
Cauções de terceiros	(1.726)	(5.334)
Encargos trabalhistas	119.145	(59.342)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.047	(31.804)
Previdência complementar	(765)	262
Receitas Antecipadas	(517.444)	(66.031)
Outras obrigações	1.673	(10.034)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(375.376)	(193.452)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado / intangível	(13.249)	(12.657)
Recursos aplicados em bens da união	(239.998)	(176.208)
Recursos de terceiros	6.396	(1.312)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(246.851)	(190.177)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	122.258	26.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	122.258	26.000
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		
	(499.969)	(357.629)
Caixa do início do período	2.473.245	2.830.874
Caixa do final do período	1.973.276	2.473.245
Aumento/(Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(499.969)	(357.629)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

- Para atingir este objetivo o MPOR lançou o Programa de Investimentos Privados em Aeroportos Regionais – AmpliAR visa adequar a infraestrutura e a gestão de aeroportos regionais deficitários, por meio de leilões destinados aos atuais concessionários aeroportuários, que serão remunerados pela ampliação dos prazos das concessões vigentes.
- A Infraero estruturou seu planejamento estratégico com o objetivo de expandir seus negócios comerciais e equilibrar seus resultados financeiros. Esse planejamento inclui a modernização dos ativos, a otimização de custos e a oferta de serviços aeroportuários para outros players, bem como ser o elo do governo na execução de políticas públicas para o setor, contribuindo para o desenvolvimento aéreo regional e integração nacional. No portfólio de serviços destaca-se:
- Gestão de aeroportos regionais, por meio de contrato;
 - Elaboração de Plano Diretor para aeroportos;
 - Desenvolvimento de projetos de aeroportos;
 - Planejamento aeroportuário;
 - Licenciamento ambiental de aeroportos;
 - Infraero Educação para consultoria e treinamentos;
 - Soluções e suporte de TI para a infraestrutura aeroportuária;
 - Prestação de serviços técnicos especializados;
 - Consultoria ambiental, dentre outros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia retomou a apuração de lucro no montante de R\$ 316.204 e patrimônio líquido em R\$ 1.715.137. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, tendo em vista que as ações de redução de despesa e aumento e geração de receita, bem como estruturação de plano de negócio para exploração de novos serviços, visam promover a sustentabilidade financeira nos próximos exercícios.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

a) Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do País. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, se o contrário estiver disposto em nota explicativa.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

A Infraero classifica os recursos financeiros de caixa, fundos fixos e bancos, incluindo suas aplicações financeiras de liquidez imediata, de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa, cuja finalidade é atender aos compromissos de caixa de curto prazo, tendo as suas conversibilidades imediatas em montante conhecido de caixa e estar sujeito a insignificante risco de mudança de valor.

b) Ativos financeiros não derivativos

A Infraero classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Mensurados ao custo amortizado.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Aplicações financeiras; e
- Ações e investimentos em fundos nacionais.

A Infraero classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e bancos;
- Aplicações em contas de poupança;
- Contas a receber;
- Títulos públicos; e
- Depósitos judiciais.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Infraero mensura um ativo financeiro ao valor justo, acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Títulos patrimoniais

A Infraero possui ações em empresa do segmento de telefonia, classificadas como investimentos e mensuradas ao valor justo. As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/perdas na demonstração do resultado, quando aplicável.

Impairment

A Infraero avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não aumento significativo no risco de crédito.

Outros instrumentos financeiros

Em relação aos passivos financeiros a Infraero detém em suas operações: dívidas com fornecedores, garantias caucionárias para assegurar o cumprimento de obras nos aeroportos (a serem devolvidas à medida que os contratos se encerram), valores a receber futuros em nome da Infraero, mas de propriedade de outras autarquias (recursos de terceiros a repassar), dívidas referentes à previdência privada complementar e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são mensurados a custo amortizado.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Com objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, essas contas são reconhecidas pelo valor justo menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (*Impairment*).

É aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo pronunciamento técnico IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

d) Estoques

Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição ajustados à eventuais perdas, quando aplicável.

Para estimativa do valor registrado na perda é considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.

Neste contexto, foi definido que, para os estoques de Materiais de Consumo, os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

e) Investimentos

Os investimentos da Companhia são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamento técnico CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada e em Controlada.

Com base no método da equivalência patrimonial o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo efetivo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na empresa.

A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação do resultado pelas suas coligadas. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

f) Impostos, taxas e contribuições

i. Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar é o crédito que constitui moeda de pagamento de tributos da mesma espécie ou não, e estão sendo tecnicamente movimentados de acordo com a legislação vigente aplicada à matéria, sendo que há perspectivas reais de realização.

ii. Impostos a recolher

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescidas de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no exercício, e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa de imposto corrente corresponde ao valor do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar, calculado com base no lucro ou prejuízo tributável do exercício, bem como a quaisquer ajustes relativos a exercícios anteriores. Os impostos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, conforme o caso, pela melhor estimativa do montante esperado a ser pago ou recebido, considerando, quando aplicável, as incertezas relacionadas à sua apuração.

A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente quando atendidos os critérios legalmente aplicáveis e quando há o direito legalmente executável de compensação.

Os tributos diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

O ativo fiscal diferido é reconhecido em relação a prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como a diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser compensados.

Os lucros tributáveis futuros são estimados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis existentes e em projeções de resultados futuros, fundamentadas nos planos de negócios da Companhia. Caso o montante das diferenças temporárias tributáveis não seja suficiente para suportar integralmente o reconhecimento do ativo fiscal diferido, a administração considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros adicionais.

A Infraero, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente, ou na existência de fatos relevantes que modifiquem as premissas adotadas.

g) Partes relacionadas

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. Como forma de assegurar a evolução das práticas, a política de transações entre partes relacionadas é revisada anualmente.

h) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens e a perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*), quando aplicável.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, sendo que os eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativa contábil, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo por meio de alienação (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Todo o grupo de ativos tangíveis passou pelo teste de “recuperabilidade” (*Impairment*).

i) Intangível

O ativo intangível é registrado considerando-se o seu valor bruto de aquisição somado a todos os gastos diretamente atribuíveis e apresentado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva amortização acumulada e a perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (*Impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente, para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

j) Provisões e Passivos

Provisões para riscos contingenciais

As provisões são reconhecidas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam desembolsados para liquidação/desembolso de uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros. As premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e o grau de risco dos processos são estimadas pela Administração em conjunto com a área jurídica, a partir das evidências disponíveis e da análise na hierarquia das leis e jurisprudências disponíveis, nas decisões mais recentes dos tribunais e no andamento dos processos. No entanto, mudanças nas tendências de decisões proferidas ou nas jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas às provisões para contingências.

Os valores das provisões são atualizados, mensalmente, pelos Índices do Poder Judiciário, conforme a natureza do processo.

Passivos Contingentes

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são evidenciados em nota explicativa indicando o valor total envolvido por natureza.

k) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios a empregados incluindo previdência privada, assistência médica, Programa Auxílio Saúde (PAS), assistência odontológica, seguro de vida, participação nos resultados, entre outros. O plano odontológico de caráter indenizatório, realiza-se mediante ressarcimento, é pago, exclusivamente, ao titular que contratar planos de assistência odontológica individual ou coletivo

disponibilizado pela representação sindical da categoria dos aeroportuários. O PAS é administrado na forma de auxílio-saúde, mediante ressarcimento, conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2025/2027.

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (Plano CV) e dos Planos de Benefícios Definidos (Planos BD I e II) do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV). Os compromissos atuariais decorrentes das operações da Sociedade de Previdência Complementar são reconhecidos pelo regime de competência e com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente contratado pela patrocinadora Infraero. A avaliação atuarial é realizada, de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio, até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se os direitos aos benefícios já tiverem sido adquiridos, os custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações.

Os ativos do plano são mantidos por Entidade Fechada de Previdência Complementar e não estão disponíveis aos credores da Companhia, tampouco podem ser diretamente utilizados para pagamento de obrigações da Infraero. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado.

O reconhecimento de eventual ativo líquido de benefício definido está limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano. Ganhos e perdas atuariais decorrem de diferenças entre as premissas atuariais anteriormente adotadas e os resultados efetivamente verificados, bem como de alterações nessas premissas. Esses ganhos e perdas são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes.

l) Reconhecimento de Receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada confiavelmente:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

m) Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

n) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

o) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, é necessário utilizar julgamentos para contabilização de certos ativos, passivos e outras transações. Os itens onde a prática de julgamento pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas e tributários. A aplicação de julgamentos resulta em valores estimados na contabilização das provisões necessárias para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Assim, os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas. Ambos, são constantemente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, definido como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. O valor justo líquido de despesas de venda é determinado com base em transações de ativos similares ou preços de mercado, deduzidos dos custos incrementais necessários à alienação.

O valor em uso é apurado por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, com base em projeções do orçamento aprovado para os próximos cinco anos, não contemplando reestruturações futuras não comprometidas nem investimentos significativos que aumentem o desempenho da unidade testada. O valor recuperável é sensível às principais premissas adotadas, especialmente à taxa de desconto, aos fluxos de caixa futuros estimados e à taxa de crescimento utilizada na extrapolação das projeções.

(ii) Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN)

Considerando a política adotada pelo Governo Federal de concessão à iniciativa privada de aeroportos administrados pela Infraero, a Companhia, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, implantou o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e Demissão Incentivada (DIN). Dessa forma, à medida que são disponibilizados os números de vagas para adesão, a Companhia constitui a provisão para os desligamentos, utilizando como critério os empregados confirmados e deferidos, o montante da provisão, quando constituído, será composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadão.com.br/publicacoes/>

p) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

q) Apuração do Resultado

O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

r) Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante

Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

4 Novas normas, alterações e interpretações contábeis

As revisões dos normativos contábeis com vigência a partir de 2025 não produziram impactos significativos nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, não são esperados efeitos relevantes decorrentes das alterações já emitidas e ainda não vigentes, bem como daquelas em discussão, para exercícios futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	115	152
Conta corrente	2.327	1.066
Aplicação financeira	1.970.834	2.472.027
Total	1.973.276	2.473.245

As aplicações de liquidez imediata totalizam o saldo de R\$ 1.970.834 e representam fonte de recurso a ser utilizada em decorrência de eventuais necessidades de caixa. Por ser Empresa Pública, as aplicações são realizadas por intermédio do Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, conforme estabelece a Resolução n.º 4.986, de 17 fevereiro de 2022, do Banco Central do Brasil, nos Fundos de Investimento a Curto Prazo Extramercado.

O Fundo de Aplicação do Extramercado recebe aplicações das disponibilidades resultantes de receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União.

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão representadas por aplicações em fundos de renda fixa compostos por títulos públicos que fazem parte da carteira teórica de índice IFRM-1 (LTN e NTN-F).

A redução é decorrente, principalmente, dos pagamentos de investimentos nos aeroportos e indenizações de incentivo ao desligamento de empregados nos Programas de Incentivo à Transferência para Concessionárias ou à Aposentadoria (PDITA) e de Desligamento Incentivados (DIN).

6. Caixa restrito	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação do tesouro	19	19
Convênios	33.903	30.356
Garantias caucionárias	14.836	16.562
Total	48.759	46.937

As aplicações de Notas do Tesouro correspondem à venda de participações societárias em cumprimento do Decreto n.º 1.068/94, que trata do Programa Nacional de Privatização (PND). Pela alienação foram recebidas Notas do Tesouro Nacional, série “P”, resgatáveis até janeiro de 2030, ou seja, mantidas até o seu vencimento e que estão sob custódia do Banco Bradesco S.A., no valor de R\$ 19.

Os saldos dos convênios celebrados com o Governo do Pará e Ministério do Turismo destinam-se a realização de obras e serviços de engenharia visando a modernização dos aeroportos administrados pela Infraero. O saldo relativo a esses convênios corresponde ao montante de R\$ 33.903.

As garantias caucionárias registradas em caixa restrito referem-se à modalidade em moeda corrente, prevista no art. 70, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.303/2016. Correspondem a depósitos efetuados diariamente em conta da Infraero, equivalentes a 5% do valor global dos contratos. Tais valores são corrigidos e restituídos às contratadas ao término da vigência contratual ou quando solicitada a substituição por outra modalidade de garantia, totalizando, no exercício, R\$ 14.836.

7. Contas a receber

O saldo de contas a receber está apresentado pelo valor original deduzido das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD).

a) Composição do Contas a Receber

	31/12/2025	31/12/2024
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	376.355	367.333
Embarques e Conexão	19.192	13.393
Pouso e Permanência	12.445	46.116
Outros*	16.381	201.244
(-) Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(215.578)	(335.373)
Total	208.795	292.713
Circulante	194.390	251.701
Não Circulante	14.404	41.012
Total	208.795	292.713

**São valores relativos, principalmente, a boletos em processo de cobrança judicial, os quais também possuem provisão para perda.*

b) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

O valor da PECLD está classificado em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Cntas a Rec	PCLD	Ctas a Rec	PCLD
À Vencer	188.535	8.162	246.028	14.401
Vencidos até 30 dias	7.933	1.756	14.282	1.744
Vencidos até 90 dias	15.189	5.021	5.597	2.792
Vencidos até 120 dias	3.586	1.893	2.167	1.436
Vencidos até 180 dias	3.327	2.664	3.652	2.372
Vencidos há mais de 180 dias	205.802	196.082	356.359	312.628
Total	424.373	215.578	628.085	335.373

c) Movimentação na Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Infraero reconhece Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo valores vencidos em processo de negociação ou em cobrança judicial. O montante constituído é considerado pela Administração suficiente para cobrir potenciais perdas na realização desses ativos.

A provisão para perdas esperadas é calculada em conformidade com os critérios contábeis estabelecidos no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, considerando, entre outros fatores, o histórico de inadimplência dos clientes, a relevância dos saldos e demais premissas aplicáveis à mensuração das perdas esperadas. Para fins de referência e alinhamento aos critérios fiscais, também são observadas as disposições da Lei nº 9.430/96, sem prejuízo da aplicação prioritária dos critérios contábeis.

Em decorrência do novo perfil operacional da Companhia, com a inclusão de clientes relacionados à exploração de novos serviços, determinados critérios utilizados no cálculo das perdas esperadas foram revisados, considerando:

- Os créditos a vencer e vencidos até 60 dias (clientes do segmento de tarifas de embarques) e 120 dias (clientes do segmento de tarifas de aeronaves) são excluídos do cálculo, uma vez que possuem um histórico de perda muito baixo; e
- Na análise individualizada por cliente, aqueles que possuem valores vencidos, cujo montante representem menos de 5% dos seus valores a vencer, são também excluídos do cálculo.

Em 31 de dezembro de 2025, a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 215.578.

PECLD - Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	(138.755)	(221.816)
Adições	(52.688)	(49.032)
Transferência	13.811	(8.069)
Reversões	60.687	140.162
Saldo no fim do período	(116.945)	(138.755)
PECLD - Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	(196.618)	(306.278)
Adições	(20.627)	(54.767)
Transferência	(13.811)	8.069
Reversões	986	23.913
Baixas	131.437	132.445
Saldo no fim do período	(98.633)	(196.618)
Total	(215.578)	(335.373)

O montante das baixas refere-se, principalmente, ao ajuste do contas a receber e da PECLD para atendimento aos critérios da legislação fiscal, sendo os valores registrados como perdas, mantendo-se os procedimentos de cobrança judicial.

8. Estoques

Os estoques são apresentados deduzidos de perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido.

Estoques	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	16.267	17.304
(+) Entradas	1.552	2.119
(-) Saídas	(1.967)	(3.156)
Saldo sem Obsolescência	15.853	16.267
Provisão Obsolescência	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início da Provisão	(10.028)	(9.061)
(+) Provisão	(1.167)	(1.985)
(-) Reversão	916	1.018
Perda estimada	(10.279)	(10.028)
Saldo final Estoque	5.574	6.239

9. Impostos, taxas e contribuições

a) Tributos a recuperar

O saldo de Impostos a Recuperar no montante de R\$ 145.930, compreende créditos tributários de curto prazo recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, créditos de PIS e COFINS e apuração de saldos negativos de IRPJ e CSLL.

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	1.478	3.019
INSS	-	71
Imposto a recuperar (retido) - Lei 9.430/96	6.929	8.057
IRRF e IRPJ/CSLL	136.888	96.839
IRRF s/Depósito Judiciais	507	603
ISS	127	127
Total	145.930	108.718

A variação nas rubricas de IRRF e IRPJ/CSLL decorre, especialmente, da atualização do saldo negativo de IR/CSLL de exercícios anteriores. Os tributos a recuperar referentes ao PIS/COFINS originam-se de pe-

didos de restituição em análise pela Receita Federal do Brasil (RFB), decorrentes de retenções na fonte. Os saldos negativos de IRPJ e CSLL também dependem de homologação pela RFB para que seja possível sua compensação com débitos futuros.

Os créditos tributários reconhecidos como “Imposto a Recuperar (retido)” correspondem às retenções na fonte realizadas pelos clientes da Infraero, nos termos do art. 64 da Lei nº 9.430/1996, regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.234 da RFB, de 11 de janeiro de 2012.

b) Tributos a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	1.588	2.481
INSS s/ terceiros	1.445	959
Impostos a recolher (retenção) - Lei 9.430/96	6.534	4.347
ISS a recolher	1.995	1.732
Outros	554	550
Total	12.116	10.069

10. Investimentos

a) Composição

	31/12/2025	31/12/2024
Participação em fundos	2.316	1.913
Obras de arte	262	263
SPE	3.448.069	6.246.930
Equivalência patrimonial	(3.448.069)	(6.246.930)
Total	2.578	2.175

As participações em fundos, no montante de R\$ 2.316, por possuírem mercado ativo e serem negociadas em bolsa de valores, foram mensuradas pelo valor de mercado, com reconhecimento pelo valor justo. O total da participação da Infraero nas SPE, apurado pelo método da equivalência patrimonial, está limitado ao valor contábil do investimento em cada SPE, conforme disposto na Lei nº 6.404/76.

b) Investimentos mensurados a valor justo

	31/12/2025	31/12/2024
Telefônica Brasil S.A. - ON (VIVT3)	96	68
Cotas FINAM (FNAM11)	2.089	1.704
Cotas FINOR (FNOR11)	130	140
Total	2.316	1.913

c) Investimentos em coligadas

	Total Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial	Saldo do Investimento
Em 31 de dezembro de 2025			
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	1.286.033	(1.286.033)	-
Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	940.250	(940.250)	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	777.385	(777.385)	-
Concessionária Aerobrasil - Confins	444.401	(444.401)	-
Total	3.448.069	(3.448.069)	-

O investimento na Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A está em processo de venda sendo reclassificado para o grupo Ativo Não Circulante Disponível para Venda, conforme Nota Explicativa 13 (b).

De acordo com o item 22 – (c) do pronunciamento técnico CPC 45 (IFRS 12) – Divulgação de Participação em Outras Entidades, a investidora deve divulgar a parcela do prejuízo da investida cujo reconhecimento foi suspenso em função de ter zerado o saldo líquido das contas que integram o investimento total líquido. Em todas às SPE, investidas pela Infraero, os prejuízos apurados superaram o montante investido.

A Infraero não possui obrigações legais ou contratuais de efetuar pagamentos ou de assumir compromissos relacionados ao passivo a descoberto de suas coligadas. Dessa forma, não foi constituído passivo referente ao excedente da equivalência patrimonial, uma vez que a responsabilidade da Companhia se limita às ações integralizadas no capital social das coligadas.

11. Imobilizado e intangível

a) Composição imobilizado

	31/12/2025	31/12/2024
Custo histórico	176.173	196.203
Depreciação	(131.825)	(135.451)
Redução ao valor recuperável	(6.373)	(7.194)
Total	37.975	53.557



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

b) Movimentação imobilizado

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Edificações e Benfeitorias		16.560		(54)	-	16.506
Imobilização em Andamento		307	-	-	-	307
Instalações, Maquinas e Equipos		86.293	7.122	(8.028)	-	85.387
Móveis e Utensílios		14.568	71	(1.117)	-	13.522
Terrenos		16.334	-	-	(15.805)	530
Veículos		62.140	-	(2.219)	(0)	59.921
Redução ao valor recuperável		(7.194)	734	87	-	(6.373)
Total		189.009	7.928	(11.331)	(15.805)	169.801
Depreciação acumulada						
Edificações e Benfeitorias	4% e 10% a.a.	(4.111)	(559)	51	-	(4.619)
Instalações, Maquinas e Equipis	10% e 5% a.a.	(65.014)	(5.562)	7.579	0	(62.997)
Móveis e Utensílios	10% a.a.	(12.220)	(184)	1.053	(0)	(11.351)
Veículos	25% a.a.	(54.378)	(861)	2.110	(0)	(53.130)
Outros		271	-	-	-	271
Total		(135.451)	(7.167)	10.793	(0)	(131.825)
Imobilizado líquido						
		53.557	761	(538)	(15.805)	37.975

Em dezembro de 2025, foi realizado leilão eletrônico da venda de imóvel, conforme Nota Explicativa 13 (c).

c) Composição intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Custo histórico	71.363	68.065
Amortização	(32.976)	(32.595)
Redução ao valor recuperável	(4.494)	(4.268)
Total	33.894	31.202

d) Movimentação intangível

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixa	Transf	Saldo em 31/12/2025
Custo						
Licença de uso de software		60.402	6.048	(2.757)		63.693
Marcas, direitos e patentes		16	8	-	-	24
Software em desenvolvimento		7.646	-	-	-	7.646
Redução ao valor recuperável		(4.268)	(228)	1	-	(4.494)
Total		63.797	5.828	(2.756)	-	66.869
Amortização acumulada						
Licença de uso de software	20% a.a.	(32.581)	(3.128)	2.748	-	(32.960)
Marcas, direitos e patentes	20% a.a.	(15)	(1)	-	-	(15)
Total		(32.595)	(3.129)	2.748	-	(32.976)
Intangível líquido						
		31.202	2.700	(8)	-	33.894

e) Teste de recuperabilidade

As projeções de receitas e despesas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa que compõem o teste de recuperabilidade são as mesmas adotadas no Orçamento e no Planejamento Empresarial aprovado pela Alta Administração para o ano de 2026.

Outro elemento preponderante e com expressiva influência sobre os resultados é a inexistência de elementos que denotem que o Governo Federal irá dar continuidade ao Programa de Concessão de Aeroportos da rede, pelo contrário o que vem sendo discutido é a transferência à Infraero da gestão de aeroportos regionais, com pouco apelo econômico, o que enfatiza a necessidade de adoção de uma visão estratégica de empresa fomentadora do crescimento regional, tendo como consequência, em um primeiro momento, resultados negativos e a necessidade da promoção de ajustes contábeis por imparidade no valor de ativos imobilizados e diferidos.

Para o ano de 2026, tanto as receitas como as despesas operacionais esperadas serão próximas a prognose do movimento operacional realizada em 2025 e o valor das tarifas e receitas operacionais atualizadas, pelo critério de reajuste usual (PIB, IPCA e Reajuste Tarifário), em conformidade com os limites autorizados pelo órgão regulador (ANAC). Salientamos, que os critérios de projeção foram os usualmente adotados historicamente, inclusive dispêndio com pessoal.

O teste de recuperabilidade dos ativos da Infraero baseou-se nas premissas utilizadas na proposta de orçamento empresarial para 2026, aprovadas pelo Conselho de Administração, quais sejam:

- (a) PIB estimado para 2026 de 1,57%;
- (b) Inflação estimativa/projeção (IPCA) para 2026 de 4,06% ao ano. Destaca-se que esta inflação é formada em sua maioria pela alta dos preços dos combustíveis, o que ocasiona o aumento do custo de viagem pelo modal aéreo e, consequentemente, reduz a demanda por serviços aeroportuários;
- (c) Outorga da gestão de aeroportos regionais para a administração da Infraero;
- (d) Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - Dólar (*) – estimativa/projeção de R\$ 4,72 para US\$ 1,00 para o ano de 2026; e
- (e) Limitação da demanda do Aeroporto Santos Dumont em 2026 a 9 milhões de passageiros.

Para apuração do Valor Presente foram adotados os seguintes elementos:

- (a) Fluxo de caixa elaborado com base nos valores de receitas e despesas constante do orçamento da Infraero aprovado para o ano de 2026, decorrente do uso de ativos agrupados por Unidade Geradora de Caixa (UGC), em detrimento a ativos individualizados. No caso da Infraero, se entende como UGC os aeroportos cuja administração lhe foi delegada pela União Federal e aqueles geridos por meio de contrato de gestão;
- (b) Prazo para projeção de receitas de 60 (sessenta) meses;
- (c) Taxa de desconto que equivale ao Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC) ou WACC, em inglês, de 10,58%, o qual se refere a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dado que 100% do retorno da Infraero tende a ser utilizado para pagamento da remuneração do sócio principal, ou seja, a União Federal; e
- (d) Não foi adotada perpetuidade.
- (f) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado.

Os valores de depreciação e amortização reconhecidos no resultado em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 10.295, sendo R\$ 7.167 referentes a depreciação e R\$ 3.129 amortização (R\$ 6.862 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$ 5.692 depreciação e R\$ 1.170 amortização).

12. Despesas antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com apólices de seguros	1.851	1.863
Despesas com serviços contratados	1.484	1.740
Despesas com pessoal	1.192	1.261
Total	4.527	4.863

Este grupo contempla gastos com contratos de responsabilidade civil e operacional, programa de alimentação do trabalhador e as licenças de uso de software.

13. Outros ativos e ativo não circulante mantido para venda

a) Outros ativos	31/12/2025	31/12/2024
Empregados cedidos (i)	57.809	40.366
PAMI coparticipações a receber	7.508	7.530
Outros ativos	-	636
Total	65.317	48.532

(i) São valores a receber relativo ao custo dos empregados cedidos à órgãos e entidades da administração pública direta e indireta.

b) Ativo não circulante mantido para venda- Investimento na Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (CARJ)

Em junho de 2025, no âmbito da Solicitação de Solução Consensual apresentada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ao Tribunal de Contas da União (TCU), e conforme deliberações constantes do relatório final da Comissão de Solução Consensual (CSC-GIG), TC 007.309/2024-4, item 43, letra “a”, a União titular das ações da Infraero decidiu por sua saída do quadro acionário da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro (CARJ). A decisão baseou-se em questões técnicas, regulatórias e estratégicas, com o objetivo de alinhar o contrato remodelado às diretrizes das concessões aeroportuárias mais modernas, em conformidade com as práticas do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e com as diretrizes de política pública do MPor.

A saída foi ratificada no Termo de Autocomposição para Modernização do Contrato de Concessão, de 24 de setembro de 2025, condicionada à celebração do Termo Aditivo de Repactuação, após a realização de teste de mercado (Processo Competitivo), previsto para 2026. Em decorrência dessa decisão, foi definido o valor líquido de saída a ser ressarcido à Infraero no montante de R\$ 246.379, líquidos de impostos.

Considerando a elevada probabilidade de conclusão da alienação, a existência de plano formal de venda e a expectativa de conclusão da operação em até um ano, o investimento passou a atender aos critérios do CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, sendo reclassificado para o grupo Ativo Não Circulante Mantido para Venda e mensurado ao valor justo, de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

c) Ativo não circulante mantido para venda - Imóvel de Pampulha

Em dezembro/2025, foi realizado leilão eletrônico para a venda de imóvel com benfeitorias de aproximadamente 9.862,13 m², sendo 2.954,96 m² de área construída, localizada na Rua Líder, nº 197, bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, lindeira ao Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha – Carlos Drummond de Andrade, registrada sob a Matrícula nº 39.075 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, a ser desmembrada. O imóvel foi arrematado pelo valor de R\$ 24.227.

Os procedimentos de transferência e entrega serão concluídos no exercício de 2026. Em razão disso, o bem passou a atender aos critérios estabelecidos pelo CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, sendo reclassificado para o grupo Ativo Não Circulante Mantido para Venda e mensurado pelo valor justo. O montante líquido transferido totalizou R\$ 15.804.

14. Provisão para demandas judiciais

A Infraero é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos administrativos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui sistema de monitoramento de seus processos judiciais e administrativos conduzido pelo departamento jurídico próprio e por advogados internos.

A Companhia avalia suas contingências, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial. A classificação de risco e os valores estimados, são elaborados com base em análise da Superintendência Jurídica e melhor julgamento da Administração, de acordo com os níveis de risco.

Com base em informações do jurídico, a Administração efetuou análise dos processos judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, avaliou, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituição de provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso.

A Companhia constituiu provisões para contingências suficientes para cobrir as perdas referentes aos processos judiciais, pelos quais ela é considerada como ré. Já os saldos de depósitos judiciais referem-se aos depósitos em juízo efetuados por determinação judicial, de acordo com as particularidades de cada uma das causas.

A Infraero é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

a) Ações Trabalhistas

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários – Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

b) Ações Cíveis

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Companhia, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

c) Ações Tributárias

- A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas, a Companhia busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por meio de depósitos judiciais.
- A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), na Ação Civil Originária 1002/DF, em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea “a”, do inciso VI, do art. 150,



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

da Constituição da República Federativa do Brasil, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca. Em razão disso, a Companhia decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta valores é decorrente de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar n.º 116/03. A Infraero só reconhece a provisão mediante avaliação da probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Em razão disso, a Infraero decidiu por não realizar provisão contábil passiva relativas às ações de execução fiscal do Imposto sobre Serviços (ISS).

d) Ações Administrativas

- A Infraero é parte envolvida em processos que tramitam na esfera administrativa de eventuais passivos perante o INMETRO, ANVISA, ANAC, Secretaria da Receita Federal do Brasil (processos decorrentes das atividades sujeitas a alfandegamento), PROCON, ANATEL e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

e) Ações ambientais

- A Infraero constitui provisões para ações ambientais decorrentes de multas aplicadas por órgãos públicos, que estão em discussão na esfera administrativa, originadas do curso normal de suas atividades ou de alegado descumprimento/não atendimento de condicionantes ambientais.

Processos judiciais e extrajudiciais provisionados

Os valores das ações classificadas com risco de perda provável foram provisionados e estão demonstrados no quadro a seguir:

	Processos prováveis	
	31/12/2025	31/12/2024
Processos fiscais	9.297	8.602
Processos administrativos	18.765	22.982
Processos trabalhistas	229.850	275.056
Processos cíveis	128.845	152.524
Processos ambientais	18	18
Total	386.774	459.182

A seguir, demonstramos a movimentação das contingências prováveis ocorridas durante o período:

Movimentação das ações prováveis	31/12/2024	Adição	Reversão	Baixa	31/12/2025
Processos fiscais	8.602	6.513	(5.818)	-	9.297
Processos administrativos	22.982	1.785	(6.003)	-	18.765
Processos trabalhistas	275.056	228.578	(186.100)	(87.684)	229.850
Processos cíveis	152.524	40.024	(17.242)	(46.461)	128.845
Processos ambientais	18	-	-	-	18
Total	459.182	276.900	(215.163)	(134.145)	386.774

Processos judiciais e extrajudiciais não provisionados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não foi constituída provisão, totalizando R\$ 1.110.966, conforme demonstrado:

	Processos possíveis	
	31/12/2025	31/12/2024
Processos fiscais	231.463	253.574
Processos administrativos	122.702	193.239
Processos trabalhistas	292.916	224.515
Processos cíveis	463.886	852.572
Total	1.110.966	1.523.900

A variação verificada no período é decorrente das reclassificações do risco.

Depósitos recursais e judiciais

Correlacionados às contingências, existem depósitos judiciais. Em 31/12/2025, os depósitos judiciais mantidos pela Companhia representam R\$175.340, conforme apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais trabalhistas	126.312	149.216
Depósitos judiciais cíveis	26.764	25.755
Depósitos judiciais fiscais	20.867	22.534
Depósitos judiciais ambientais	125	125
Depósitos judiciais administrativos	1.272	1.727
Total	175.340	199.357

Ativos Contingentes

A Infraero não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como praticamente certa.

15. Fornecedores de Bens e Serviços e Caução de Terceiros

O saldo de R\$ 110.011 em 31/12/2025 e de R\$ 111.241 em 31/12/2024 representa obrigações decorrentes da aquisição de materiais e da contratação de serviços, bem como outras obrigações com vencimento, em geral, no mês subsequente. A Companhia não utiliza operações de risco sacado ou outros mecanismos de financiamento de fornecedores.

Esses valores incluem glosas e retenções aplicadas a fornecedores, relacionadas a diversos contratos, especialmente contratos de obras e de serviços de engenharia, que se encontram em discussão judicial e são acompanhados pela área jurídica da Companhia.

As cauções de terceiros, com saldo de R\$ 14.836, em 31/12/2025, R\$ 16.562, em 31/12/2024, referem-se as garantias prestadas por empresas contratadas, conforme Nota Explicativa 6.

16. Encargos trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sobre férias	19.378	22.781
Férias a pagar	46.832	54.301
Ordenados e salários a pagar	15.608	39
FGTS a Recolher	3.475	3.176
INSS a Recolher	17.082	15.151
IRRF s/ folha de pagamento	16.870	18.805
Estimativa anuênio/promoções	114.151	-
Total	233.397	114.252

Os valores registrados no grupo de contas de encargos trabalhistas referem-se a saldos devidos por ordenados e salários, férias e encargos incidentes sobre a folha de pagamento de pessoal. Tais valores são provisionados conforme a competência dos fatos ocorridos e baixados posteriormente, quando eles são liquidados.

A Lei Complementar n.º 226, de 2026, ao revogar a supressão da contagem de anuênios, triênios, quinquênios, licenças-prêmio e demais mecanismos equivalentes relativos ao período de 27 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, autorizou o pagamento de valores retroativos aos empregados. Em decorrência dessa alteração normativa, e considerando a probabilidade de pagamento administrativo pela Infraero, foi constituída provisão no montante de R\$ 114.151.

A provisão foi apurada por meio de simulação individualizada por empregado, considerando o tempo de serviço, os períodos retroativos impactados pela legislação e as regras previstas em acordo coletivo e normativos internos relativos a anuênios e promoções, incluindo os respectivos encargos.

17. Benefícios a empregados

a) Programa especial de adequação do efetivo (PEAE)

O Programa Especial de Adequação do Efetivo (PEAE) tem por objetivo promover a redução de empregados excedentes e a equalização do quadro de pessoal entre as unidades da Infraero, em decorrência da política de concessão de aeroportos adotada pelo Governo Federal a partir de 2011. O programa é composto pelo Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria (PDITA) e pelo Programa de Desligamento Incentivado (DIN), sendo as oportunidades ofertadas em ciclos com cronogramas previamente definidos, que estabelecem prazos desde a fase de inscrição até a efetivação do desligamento.

	2025	2024
(i) Desligamento incentivado – DIN		
O DIN é uma modalidade de desligamento a pedido, prevista no PEAE.	Quantidade de desligamentos	404
	Montante envolvido - R\$ mil	242.266
		27.614

(ii) Movimentação no Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA

	2025	2024
Quantidade de desligamentos	334	66
Montante envolvido - R\$ mil	274.709	21.093

Os desligamentos pelo PDITA e pelo DIN estão sendo realizados com recursos oriundos do Programa Nacional de Desestatização (PND) repassados pelas concessionárias vencedoras dos leilões dos aeródromos concedidos.

b) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV e dos Planos de Benefício Definido Planos BD I e II do Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV), entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como promover seu bem-estar social. A Companhia reconhece o valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, relacionado aos Planos de Benefício Definido e Contribuição Variável. Os valores de pagamentos das contribuições futuras que beneficiarão a Companhia (valor contabilizado na rubrica Benefício Pós-Emprego) representam o valor estimado das reduções. Este valor depende de uma série de variáveis e premissas relativas à taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido (Plano BD) e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigência
Plano BD I	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BD II	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida *	Aberto

* Trata-se de plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

Perfil de Participantes dos planos

	31/12/2025		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Ativos *	11	0	3.475
Assistidos **	136	19	4.840
Total	147	19	8.315

	31/12/2024		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Ativos *	11	0	3.979
Assistidos **	139	19	4.780
Total	150	19	8.759

* Compõem os Ativos, os participantes auto patrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e os pensionistas.

** Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio-doença.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados de acordo com as regras estabelecidas pelo pronunciamento técnico CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas na data base de 31 de dezembro de 2025.

Premissas atuariais e econômicas

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	11,82% a.a.	11,78% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	7,47% a.a.	7,43% a.a.	7,47% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	4,05% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2026		
Taxa/Tábua de rotatividade (Turnover)	0,00% a.a.		Exp. Rot. Infraprev 2014-2023
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos		AT 2000 M&F	
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados		AT 2000 M&F	
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável		Álvaro Vindas D30%

Composição Familiar

Plano I de Benefícios Saldado, Plano II de Benefício Definido e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários, foi considerada a composição familiar média com as características recomendadas no "Estudo Técnico para Fundamentação das Hipóteses Atuariais a serem utilizadas na Avaliação Atuarial de 31/12/2024", disponibilizado pelo Infraprev.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

- » Percentual de Casados: 80%.
- » Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 5 anos.
- » Filho temporário até os 24 anos.

• Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pelo Infraprev.

Taxa de Desconto Atuarial Real

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com vencimento em 2032, com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

	Duration (anos)	Taxa de desconto
Plano I de Benefícios Saldados	8,11	7,47%
Plano II de Benefício Definido	8,41	7,43%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	8,20	7,47%

As hipóteses foram adotadas em consonância com os estudos de adequação de hipóteses elaborados pela entidade de previdência complementar responsável pela gestão do plano de benefícios, exceto em relação à hipótese de taxa de juros, a qual foi definida tomando-se por base a NTN-B com vencimento mais próximo, porém não superior à *duration* do passivo, a qual foi calculada usando-se a metodologia definida no Anexo I da Resolução Previc nº 23, de 14/08/2023, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Valor Justo dos Ativos do Plano

	31/12/2025		
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	98.790	14.678	1.484.384
Receita de juros	12.654	1.876	190.142
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(3.878)	(804)	280.131
Contribuições do patrocinador	-	-	2.465
Contribuições dos participantes	-	-	2.483
Benefícios pagos pelo plano	(6.549)	(626)	(302.223)
Ativos (adquiridos)/ transferidos de outros planos por transação			
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	101.017	15.124	1.657.382

	31/12/2024		
Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
Valor justo dos ativos no início do período	106.950	15.705	1.727.903
Receita de juros	11.096	1.629	179.276
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano	(13.049)	(2.047)	(200.288)
Contribuições do patrocinador	-	-	2.596
Contribuições dos participantes	-	-	2.625
Benefícios pagos pelo plano	(6.207)	(609)	(227.728)
Ativos (adquiridos)/ transferidos de outros planos por transação	-	-	
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	98.790	14.678	1.484.384

Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço

	31/12/2025			31/12/2024		
Apuração do Passivo (Ativo) atuarial a ser reconhecido no Balanço	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano	101.017	15.124	1.657.382	98.790	14.678	1.484.384
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	98.790	14.678	1.484.384	106.950	15.705	1.727.903
2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação	(65.955)	(7.308)	(1.770.346)	(67.740)	(7.365)	(1.656.128)
2.2. Nível de cobertura, se (déficit) ou superávit (1.1.+2.1.)	35.062	7.816	(112.964)	31.050	7.313	(171.744)
3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido						
Status do Plano de Benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial	(65.955)	(7.308)	(1.770.346)	(67.740)	(7.365)	(1.656.128)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial				-	-	-
(=) Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(65.955)	(7.308)	(1.770.346)	(67.740)	(7.365)	(1.656.128)
Valor justo dos ativos do plano	101.017	15.124	1.657.382	98.790	14.678	1.484.384
(=) Status do plano de benefícios (déficit/superávit)	35.062	7.816	(112.964)	31.050	7.313	(171.744)
Efeito do teto do ativo	(35.062)	(7.816)	112.964	(31.050)	(7.313)	171.744
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano						
(Passivo)/Ativo reconhecido no início do período	-	-	(85.872)	-	-	(69.392)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	-	-	(21.843)	-	-	(16.686)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	-	-	51.233	-	-	206
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	-	(56.482)	-	-	(85.872)
Apuração do efeito do teto do limite do ativo						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	-	-	-	-	-
Efeito da restrição sobre o ativo (Superávit - Teto)	35.062	7.816	0	31.050	7.313	-

* O cálculo do benefício econômico disponível, de que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

Para os Planos BD I, BD II e CV existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela Companhia.

c) Programa auxílio saúde – PAS

A Infraero e o Sindicato Nacional dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos (SINA), aprovaram, a partir do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) assinado em 2025, o programa de auxílio de assistência à saúde, de caráter indenizatório, com limite da obrigação da patrocinadora definidos em acordo em valores mensais por faixa etária e salarial.

A indenização para Ex-empregados aposentados, pensionistas e seus dependentes é realizada de acordo com valores mensais e por faixa etária com redução gradual a partir de 2027 e extinção em 2030.

Premissas atuariais e econômicas

Premissas	31/12/2025
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Expectativa de inflação	4,05% a.a. obtida a partir da mediana da taxa projetada pelo BACEN para o IPCA em 2026
Taxa de juros de desconto atuarial anual - nominal	11,78% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual - real	7,43% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M&F
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	AT-49 M
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável
Taxa de rotatividade (Turnover)	0,99% a.a.
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	Não aplicável
Composição familiar para custo de pensão (participantes/ aposentados)	Foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecido pela empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria

* A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

Análise de Permanência no Plano de Saúde

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da Infraero. Considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da Infraero, com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges têm direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(436.900)	(585.530)
Custo do serviço corrente	(11.659)	(12.735)
Custo de juros	(55.187)	(60.751)
Serviço passado - ganhos/(perdas) de alterações/reduções	277.520	-
Ganhos/(perdas) atuariais	89.727	150.775
Benefícios pagos	63.181	73.808
Saldo no final do exercício	(73.318)	(434.433)

d) Demais benefícios

A quantidade total de empregados em 31 de dezembro de 2025 é de 4.339. A Companhia registrou os seguintes montantes de despesas com benefícios:

Benefícios - empregados	31/12/2025	31/12/2024
Auxílio Combustível	7.463	8.276
Auxílio Creche	561	2.297
Vale Transporte	568	1.971
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	15.140	17.176
Auxílio Saúde	40.792	43.660
Seguro de Vida	2.806	3.037
Auxílio Funeral	599	604
Material Escolar	41	51
Telefonia	54	58
Teletrabalho	1.555	1.584
Auxílio Odontológico	1.157	1.740
Total	70.737	80.454

18. Receitas antecipadas

As receitas antecipadas são constituídas pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas antecipadas SICOM (a)	3.613	4.081
Receitas antecipadas recursos PDITA/DIN (b)	325.801	842.777
Total	329.414	846.858

(a) Receitas antecipadas SICOM – corresponde ao preço fixo inicial previsto nos contratos comerciais onde há previsão, no edital, de restituição ao concessionário, caso haja interesse na rescisão unilateral por parte da Infraero sem que o concessionário tenha dado causa.

(b) Receitas antecipadas recursos PDITA/DIN – relativa aos recursos recebidos pela Infraero decorrentes do Leilão da 7ª rodada para concessão dos aeroportos integrantes dos blocos Norte II, Aviação Geral e SP/MS/PA/MG, os quais estão vinculados ao programa de adequação do efetivo da Companhia.

19. Outras obrigações

Obrigações - Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Consignações a recolher	1.799	1.796
Pensões judiciais a pagar	868	904
Programa odontológico a pagar	298	367
Total Circulante	2.965	3.067
Obrigações - Não Circulante	31/12/2025	31/12/2024
Repasso Lei nº 9.430/96	8.213	6.438
Total Não Circulante	8.213	6.438

Total 11.178 9.505



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

20. Patrimônio líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	2.640.076	2.636.671
Adiantamento para futuro aumento de capital	146.947	28.093
Prejuízos acumulados	(479.862)	(796.067)
Ajuste de avaliação patrimonial	(592.023)	(733.279)
Total	1.715.137	1.135.419

a) Composição Acionária do Capital Social

Na Assembleia Geral Extraordinária, de 25/04/2025, foi autorizada a integralização do Capital Social em R\$ 3.404.599,54, mediante incorporação de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), sendo R\$ 2.093.125,54 recebidos da União em 2020 e R\$ 1.311.474,00 em 2024, sem a emissão de novas ações. Com isso, o capital social da Infraero, passou a ser de R\$ 2.640.075.655,84, constituído integralmente pela União, nos termos do Art. 4º da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, representado por 12.825.493 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Recursos para aumento de capital

Os recursos transferidos pelo Governo Federal para a execução das políticas públicas relativas ao Programa de Aviação Civil foram registrados pela Companhia como adiantamento para futuro aumento de capital.

	31/12/2025
Aportes 2025	122.258
Aportes 2024	24.689
Total	146.947

c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial registra as contrapartidas de transações que afetarão valores de ativos e passivos em relação ao valor justo. Na Companhia, os valores registrados nessa rubrica, representam os ganhos e perdas atuariais, registrados em Outros Resultados Abrangentes (ORA), com o plano de assistência à saúde e de previdência privada dos empregados e aposentados, conforme detalhado no quadro a seguir:

Valores Reconhecidos em Outros Resultados Abragentes	Programa Auxílio Saúde (PAS)	Plano de Benefício Definido I (BD I)	Plano de Benefício Definido II (BD II)	Plano de Contribuição Variável (CV)*	Total
(Ganho)/ perda acumulado até o exercício anterior (2024)	672.902	-	-	60.377	733.279
(Ganho)/ perda do exercício (2025)	(90.023)	-	-	(51.233)	(141.256)
(Ganho)/ perda total reconhecido ao final do exercício (2025)	582.879	-	-	9.144	592.023

* O valor contabilizado em ORA corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor apurado em decorrência da paridade patrocinadora e participantes.

21. Receita operacional líquida

As receitas, com exceção dos ganhos de capital e de algumas receitas financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados na demonstração do resultado.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta	448.255	437.142
Comerciais	210.086	240.731
Embarque	170.149	144.985
Armazenagem e Capatazia	79	83
Pouso e Permanência	52.754	42.260
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	308	447
Exploração de Serviços	13.535	7.334
Conexão	199	166
Cursos e Treinamentos	1.145	1.137
Deduções	(6.673)	(14.328)
PIS	(1.196)	(2.556)
COFINS	(5.477)	(11.772)
Receita Líquida	441.582	422.814

O crescimento da receita foi impulsionado, principalmente, pelo aumento nas receitas de permanência, embarque e pouso doméstico do Aeroporto Santos Dumont, em função do reequilíbrio tarifário aplicado em junho. Além disso, houve acréscimo nas receitas provenientes dos aeroportos de Flores, Governador Valadares, Sorriso, Divinópolis, Anápolis e Canela.

22. Despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos serviços prestados		
Pessoal	43.309	55.804
Encargos diretos com pessoal	27.131	33.346
Encargos indiretos com pessoal	15.105	20.560
Serviços contratados e locações	73.734	80.111
Utilidades - serviços públicos	20.350	19.108
Depreciação e amortização	916	739
Outros custos / gastos	16.622	12.299
Total	197.167	221.967
Despesas gerais e administrativas		
Pessoal	120.673	138.322
Encargos diretos com pessoal	590.782	135.279
Encargos indiretos com pessoal	182.084	76.826
Serviços Contratados e Locações	63.101	61.864
Utilidades - Serviços Públicos	3.311	7.567
Despesas Gerais	53.678	64.898
PECLD	15.196	4.214
Provisão para contingências	130.424	187.419
Benefício pós emprego	(251.715)	16.363
Outras provisões	(256)	(5.597)
Depreciações e Amortizações	9.379	6.123
Total	916.658	693.279

Em 2025, o aumento das despesas gerais e administrativas decorreu principalmente da indenização referente ao Ciclo Especial do PDITA e da DIN. Paralelamente, a redução dos custos de serviços prestados resultou da economia com a diminuição de salários e encargos.

23. Outras despesas e receitas

	31/12/2025	31/12/2024
Outras despesas		
Perdas fiscais	(78)	(1)
Perdas de capital	(546)	(2.396)
Total	(624)	(2.397)
Outras receitas		
Recuperação de despesas	38.027	30.382
Ganhos de capital	278.551	37.808
Recursos indenização PEAE	516.976	64.032
Outras	33.121	17.394
Total	866.675	149.616
Total	866.051	147.219

24. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Atualização monetária (i)	(1.732)	(17.009)
IOF	(113)	(12)
Variação cambial	-	(1)
Perdas	(503)	(896)
Total	(2.348)	(17.918)
Receitas financeiras		
Juros	27.934	54.919
Multas	1.408	1.243
Atualização monetária	21.200	16.273
Rendimentos de aplicações	313.296	237.343
Ganhos	906	774
Total	364.743	310.552
Resultado financeiro líquido	362.394	292.633

(i) O total registrado na rubrica atualização monetária refere-se à atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União até 31/12/2016, registrados como Recursos para aumento de capital, no Passivo Não Circulante, conforme disposto na nota explicativa 20.

Redução, na despesa financeira, decorrente da transferência dos recursos para integralização do capital social e redução nos rendimentos sobre aplicações financeiras.

25. Ativo e passivo compensado

A Companhia mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de compensação, as quais não têm contrapartida nas demonstrações contábeis.

O ativo e passivo compensado da Companhia são representados pelos bens da União, garantias caucionárias de terceiros e almoxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Companhia efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

	31/12/2025				31/12/2024	
	Taxa de Depreciação	Adições/ Exclusões	Baixas	Transferências	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	25.961	(2.294)	-	160.433	138.562
Imóveis e Benfeitorias da União	4% a.a.	306.332	(69.106)	-	1.750.232	1.513.005
Custo		332.294	(71.400)	-	1.910.665	1.649.772
Depreciações/Amort. Acumuladas	(34.018)	14.666	-	-	(407.563)	(388.211)
TOTAL		298.276	(56.734)	-	1.503.102	1.261.560

26. Recursos aplicados em bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR n.º 2.100/1980, confirmado pela Decisão n.º 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986). Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

Foram aplicados, em 2025, o montante de R\$ 239.998, em investimentos em obras, serviços de engenharia e equipamento nos aeroportos da rede.

27. Informações por atividades

O desempenho financeiro por atividade foi definido com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: Comerciais, Embarque, Armazenagem e Capatazia, Pouso e Permanência, Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea, Exploração de Serviços, Conexão e Cursos e Treinamentos.

	31/12/2025							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pouso e Permanência	Exploração de Serviços *	Conexão	Cursos e Treinamentos	Total
Receita Líquida	209.474	167.409	2	51.967	11.407	196	1.127	441.582
Custo dos Serviços Prestados	(14.447)	(87.621)	-	(59.896)	(34.982)	(28)	(194)	(197.167)
Lucro Operacional do Exercício	195.028	79.788	2	(7.928)	(23.575)	168	932	244.414
Despesas	(42.365)	(208.836)	-	(150.635)	(93.598)	(93)	(647)	(496.173)
Outras Receitas / (Despesas)	68.986	340.066	-	245.291	152.413	151	1.054	807.960
Lucro Operacional do Exercício	221.649	211.018	2	86.728	35.240	226	1.339	556.202



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

31/12/2024								
	Comer- ciais	Embarque	Armaze- nagem e Capatazia	Pouso e Permanên- cia	Exploração de Servi- ços *	Conexão	Cursos e Treinamen- tos	Total
Receita Líquida	229.304	140.233	25	40.875	11.118	161	1.099	422.815
Custo dos Serviços Prestados	(24.395)	(96.509)	(3)	(56.356)	(44.656)	(26)	(21)	(221.967)
Lucro Operacional do Exercício	204.909	43.724	22	(15.481)	(33.538)	134	1.078	200.848
Despesas	(86.712)	(268.277)	-	(155.748)	(147.679)	(102)	(82)	(658.602)
Outras Receitas / (Despesas)	53.346	165.045	-	95.817	90.853	63	51	405.173
Prejuízo Operacional do Exercício	171.542	(59.509)	22	(75.413)	(90.365)	95	1.046	(52.581)

* A atividade Exploração de Serviços refere-se ao ressarcimento de água, luz, lixo telefonia e internet, cujos contratos estão em nome da Infraero, mas os custos são rateados com concessionários das lojas e executores das demais atividades desenvolvidas nos terminais aeroportuários.

28. Recursos de Terceiros

Os Recursos de Terceiros estão constituídos pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Convênios (a)	27.130	23.584
Fundo nacional de aviação civil (b)	1.211	1.174
Prefeituras e administradoras (c)	7.832	6.200
Comando da aeronáutica (d)	5.521	3.790
Gestão de aeroportos (e)	2.677	3.227
Total	44.371	37.975

- (a) Convênios – relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.
- (b) Fundo Nacional de Aviação Civil – Recursos relativos ao recolhimento ao Tesouro Nacional de parcela da Tarifa de Embarque Internacional (TEI), nos termos da Medida Provisória n.º 551, de 22 de novembro de 2011, convertida na Lei n.º 12.648, de 17 de maio de 2012.
- (c) Prefeituras e Administradoras – São valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.
- (d) Comando da Aeronáutica – recursos relativos, principalmente, à arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.
- (e) Gestão de aeroportos – recursos relativos ao faturamento na gestão de aeroportos contratualizados.

29. Partes relacionadas

Controladora

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública, constituída nos termos da Lei n.º 5.862/1972, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

Transação	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A	Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.
Receita	-	-	-	-	-
Serviços de tecnologia	-	-	-	-	-
Atualização de valores	-	-	-	-	-
Cursos e treinamentos	-	-	-	-	-
Custo	-	(195)	-	-	-
Utilização de área	-	(195)	-	-	-
Reembolso de obras de responsabilidade do Poder Público	-	-	-	-	-
Total	-	(195)	-	-	-

Coligadas

Os saldos das operações da Infraero com as Sociedades de Propósito Específico (SPE), coligadas, no período são os seguintes:

	Ativo	Passivo
Concessionária		
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A	14	-
Valores a receber	14	-
PECLD	-	-
Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A	-	(32)
Valores a pagar	-	(32)
Total	14	(32)

Patrocinado

O Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV) é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como promover seu bem-estar social (Nota Explicativa 15).

Remuneração da administração

As remunerações dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Infraero estão em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), do Ministério do Planejamento e Orçamento. A remuneração dos membros da diretoria executiva foram as seguintes, em R\$:

Diretoria	2025	2024
Maior Remuneração:	45.634	40.117
Remuneração Média:	41.459	37.518
Menor Remuneração:	42.885	35.229

A remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para os mesmos períodos foi fixada em R\$ 4.755,39.

Em janeiro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Infraero com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário (Coaud), em atendimento a Lei n.º 13.303/16, sendo um órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento permanente ao Conselho de Administração. A remuneração mensal dos membros do Coaud foi fixada em R\$ 5.483,66.

Outros benefícios dos dirigentes

Benefícios - Dirigentes	31/12/2025	31/12/2024
Auxílio Alimentação	59	40
Auxílio Saúde	43	29
Seguro de Vida	18	13
Telefonia	5	13
Moradia	209	-
Total	334	95

Transações com a NAV Brasil

A Infraero mantém transações com a NAV Brasil Serviços e Navegação Aérea S.A., empresa pública sob controle comum (União), referente a prestação de serviços e reembolso de algumas despesas.

Em virtude do disposto no parágrafo 1º do artigo 19 da Lei n.º 13.903/2019, a Infraero prestou apoio técnico administrativo à NAV Brasil, pelo período de 2 (dois) anos, encerrado em junho/23, com reembolso dos custos.

Foi firmado novo contrato de prestação de serviços, a partir de 1º de agosto de 2024 pelo período de 12 meses, no qual estavam previstos serviços especializados, incluindo o fornecimento de soluções digitais integradas para o apoio à execução das atividades operacionais, administrativas e financeiras. Está em processo a elaboração termo aditivo com a redução do escopo dos serviços a partir de agosto/2025.

Em agosto de 2025, o contrato foi encerrado restando saldos dessas transações no Ativo de R\$ 3.421, referente a ações judiciais dos empregados da Nav Brasil pagas pela Infraero.

30. Remuneração aos empregados

O plano de cargos e salários e benefícios da Infraero, de acordo com a legislação e o acordo coletivo de trabalho, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Infraero a seus empregados. As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções de confiança, relativas aos meses de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes, em R\$:

Empregados	2025	2024
Maior Remuneração:	51.065	55.146
Remuneração Média:	9.631	7.449
Menor Remuneração:	2.669	2.301

31. Políticas Públicas

A execução das políticas públicas pela Companhia se traduz nas obras e serviços técnicos e especializados, realizados de acordo com as orientações da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC), órgão do Ministério de Portos e Aeroportos, e observando rigorosamente os parâmetros regulatórios da ANAC. O Programa de Aviação Civil do Governo Federal tem o objetivo de incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.

Para contribuir com o Governo Federal na execução das políticas públicas relativa ao Programa de Aviação Civil a Infraero realiza investimentos na infraestrutura aeroportuária de forma a mantê-la em condições operacionais e de segurança. Atuando, com excelência, na promoção de políticas públicas de infraestrutura aeroportuária, maximizando os benefícios socioeconômicos por meio da integração nacional e do desenvolvimento da aviação regional.

Foram aplicados, até dezembro de 2025, o montante de R\$ 239.998 em investimentos em obras, serviços de engenharia e equipamentos nos aeroportos da rede.

Conforme Demonstração do Valor Adicionado, o valor total adicionado a distribuir no exercício foi de R\$ 1.453.572, dos quais R\$ 73.452 foram destinados ao Governo Federal na forma de tributos.

32. Eventos Subsequentes

Aumento do Capital Social

Proposta de Integralização de Capital Social em R\$ 71.361.072,52, mediante incorporação de AFAC, recebidos da União em 2024 e 2025, sem a emissão de novas ações. Com isso, o capital social da Infraero, que é de R\$ 2.640.075.655,84, passará a ser de R\$ 2.711.436.728,36.

Brasília (DF), 10 de março de 2026.
DIRETORIA EXECUTIVA
ROGÉRIO AMADO BARZELLAY Presidente
GUILHERME AUGUSTO SANCHES RIBEIRO Diretor de Finanças e Comercial Interino
APARECIDO LUIZ DA SILVA Diretor de Administração
EDUARDO GONZAGA DA SILVA Diretor de Operações e Serviços Técnicos
IRIA SIMONETTI Gerente de Contabilidade e Desempenho Financeiro CRC – RS-058476/O-4 T-DF
CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO
LEANDRO MONTEIRO DE SOUZA MIRANDA Presidente
BETANIA PEIXOTO LEMOS Membro
MAURICIO PINTO PEREIRA JUVENAL Membro Independente
JULIA LOPES DA SILVA NASCIMENTO Membro
CECÍLIA VERGARA SOUVESTRE Membro Independente
WENDEL CASSIANO BORGES DE ABREU Membro



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado - 2025

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30.06.2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, Lei n.º 6.404/76, de 15.12.1976 e Decisão Normativa TCU nº 198/2022, de 23.03.2022, considerando o Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e Proposta de Destinação do Resultado - 2025, devidamente auditadas pela Auditoria Independente, sem ressalvas, cientes da manifestação do Comitê de Auditoria da Infraero, de 16.03.2026, referente as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas 2025, considerando a aprovação pela Diretoria Executiva em reunião de 16.03.2026 e estando de acordo com a proposta de destinação do resultado, entendeu que os referidos documentos retratam a posição patrimonial, contábil e financeira da Empresa em 31.12.2025, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília, 20 de Março de 2026

CRISTINA GONCALVES RODRIGUES
Presidente

FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Membro

MARCONE PEREIRA DOS SANTOS
Membro

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Brasília, 16 de março de 2026.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2025

Apresentação

1. O Comitê de Auditoria (Coaud), órgão estatutário, tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016, Decreto nº 8.945/2016, Estatuto Social da INFRAERO- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária S.A. e seu Regimento Interno. Assessora o Conselho de Administração (Consad) em caráter permanente e com independência no exercício de suas atribuições. O Coaud avalia e monitora as exposições de risco mediante interação com as áreas de Controles Internos de 2ª e 3ª Linha e com a Auditoria Independente (externa), em conformidade com o Modelo das Três Linhas do IIA.

2. A administração da INFRAERO é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

3. A Superintendência de Auditoria Interna (PRAI) responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

4. A Audimec- Auditores Independentes S/S é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis da INFRAERO. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

Atividades do Período

5. As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano Anual de Trabalho, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades do Comitê. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração, disponibilizadas ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente, e estão publicadas no endereço eletrônico: <https://transparencia.infraero.gov.br/comite-de-auditoria/>.

6. No período, o Comitê realizou reuniões com representantes da Administração, assim como com os Conselhos de Administração e Fiscal, e Auditorias Interna e Independente, além de reuniões entre os membros do Coaud.

7. Nessas reuniões, foram abordados os temas sob acompanhamento do Coaud, sintetizados nos seguintes eixos temáticos: sistema de controles internos, auditoria interna, auditoria independente, exposições de risco e contabilidade.

8. Nas demonstrações contábeis da Empresa, não foi identificada exposição atuarial em relação a benefícios pós-emprego e assistência à saúde.

9. O Coaud emitiu recomendações à gestão e à Auditoria Interna envolvendo os principais temas relacionados às suas atividades, as quais, após discutidas, foram acatadas e suas implementações acompanhadas pelo Coaud.

10. Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade das atividades da empresa.

11. Não foi reportada ao Coaud a existência de divergências entre a Auditoria Independente e a Administração relacionadas às demonstrações contábeis.

Conclusão

12. Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Coaud concluiu que:

- a) o sistema de controles internos é adequado às atividades da Empresa e é objeto de permanente atenção por parte da administração.
- b) a Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- c) a Audimec (auditoria independente contratada) atua com efetividade e independência;
- d) as principais exposições de risco vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração; e
- e) as demonstrações contábeis da INFRAERO, de 31/12/2025, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

JOAO DECIO AMES
Presidente

CECILIA VERGARA SOUVESTRE
Membro

SEBASTIANA MARIA MELO DE OLIVEIRA
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros(as) e Administradores da
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO
CNPJ/MF.: 00.352.294/0001-10
Brasília-DF

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INFRAERO, em 31 de dezembro de 2025, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a INFRAERO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfases

3.1. Processo de Repactuação do Contrato do Aeroporto do Galeão e Intenção de Saída da Infraero da Concessionária.

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 01, A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) publicou o *Edital do Leilão de Venda Assistida nº 01/2025, referente a venda da totalidade das ações da Concessionária Aeroportos Rio de Janeiro S/A. A União Federal, na qualidade de titular das ações da Infraero, decidiu pela retirada da Companhia do quadro acionário da concessionária. A previsão é que a saída ocorra após a realização do leilão do Processo Competitivo previsto para março de 2026.* Não modificamos nossa conclusão em função desse assunto.

3.2. Eventos Subsequentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 32 – Eventos Subsequentes, que descreve a proposta de integralização de capital social da Companhia no montante de R\$ 71.361.072,52, mediante incorporação de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) recebidos da União nos exercícios de 2024 e 2025, sem emissão de novas ações. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

4. Principais Assuntos de Auditoria

4.1. Investimentos realizados em bens da União

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia realiza investimentos em obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos vinculados à infraestrutura aeroportuária sob sua administração. Tais investimentos referem-se a bens de titularidade da União, nos termos do art. 38 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), sendo, portanto, reconhecidos como despesa no resultado do período e controlados em contas de compensação.

No exercício de 2025, os investimentos realizados em bens da União totalizaram R\$ 239.997.976,63.

Considerando a relevância dos montantes envolvidos e o grau de julgamento requerido na definição do tratamento contábil aplicável, esse tema demanda atenção específica no contexto da elaboração e análise das demonstrações contábeis da Companhia.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação do tratamento contábil adotado pela Administração à luz do arcabouço legal e normativo aplicável, a análise da documentação suporte dos investimentos realizados no período e a verificação da adequação das divulgações nas notas explicativas.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos adequado o tratamento contábil adotado pela Administração, bem como as divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis.

4.2. Benefícios a empregados

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, a Companhia mantém planos de previdência complementar administrados pelo Instituto Infraero de Seguridade Social (INFRAPREV), incluindo planos de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), além de benefícios pós-emprego relacionados ao programa de auxílio saúde e programas de desligamento incentivado.

A mensuração das obrigações e ativos relacionados a benefícios pós-emprego requer a utilização de avaliações atuariais, que envolvem julgamentos relevantes da Administração e de especialistas independentes, especialmente quanto às premissas atuariais e econômicas utilizadas, tais como taxa de desconto, expectativa de vida, composição familiar e projeções de fluxo de benefícios.

Consideramos esse assunto como principal assunto de auditoria devido à complexidade do cálculo atuarial e ao grau de julgamento envolvido na definição das premissas utilizadas.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a avaliação da metodologia utilizada na avaliação atuarial, a análise das principais premissas adotadas com o apoio de especialista atuarial, a verificação da consistência das informações utilizadas nos cálculos e a avaliação da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos adequadas as premissas utilizadas e as divulgações relacionadas aos benefícios a empregados.

5. Outros assuntos

5.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração, essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

5.2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria foi emitido sem modificação de opinião.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis Intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a INFRAERO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a INFRAERO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da INFRAERO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da INFRAERO.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a INFRAERO a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 13 de março de 2026.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ n° 029– CVM n° 12327

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8
Sócio - CNAI 4850



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>